

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.431 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2002



Ramez Tebet: "Temos de buscar soluções viáveis com serenidade"

Congresso vota até abril primeiros projetos contra a criminalidade

Presidente do Senado, Ramez Tebet, prevê que "nos próximos 60 a 90 dias" o Legislativo já terá aprovado algumas propostas para combater a violência no país. Mas alerta que as leis "devem ter condições de ser aplicadas e a população deve aceitá-las".

PÁGINA 3



Nabor: medidas simples podem ser mais eficazes

Nabor Júnior acha difícil aprovar propostas polêmicas e sugere providências administrativas simples para melhorar a atividade policial.

PÁGINA 2



Nabor Júnior

Carlos Wilson aponta omissão do governo

Na opinião de Carlos Wilson, a questão da segurança pública, que tanto inquieta a população, não faz parte das prioridades do governo Fernando Henrique.

PÁGINA 2



Carlos Wilson

Wellington apóia unificação das polícias

Uma das ações prioritárias para combater o aumento da violência no país deve ser, segundo Wellington Roberto, a unificação das polícias civil e militar.

PÁGINA 2



Wellington Roberto

Viana: inclusão social reduz a violência

Somente uma política de inclusão social, direcionada especialmente aos jovens, reduzirá os índices de violência no país, segundo o senador Tião Viana.

PÁGINA 4



Tião Viana

Agripino pede a revisão do Código Penal

Para combater a criminalidade, avalia o senador José Agripino, será fundamental que o Código Penal e o Código de Processo Penal sejam revisados.

PÁGINA 3



José Agripino

Antonio Carlos quer evitar política na polícia

O senador Antonio Carlos Júnior afirmou que a falta de condições de trabalho nas polícias não justifica que "a política tome conta do aparato policial".

PÁGINA 3



Antonio Carlos Júnior

Álvaro Dias cobra medida provisória para o futebol

O senador Álvaro Dias espera que o Executivo envie logo ao Congresso medida provisória com as sugestões apresentadas pela CPI do Futebol. A MP, disse, será fundamental para "corrigir os rumos do futebol brasileiro".

PÁGINA 4

Nabor pede medidas simples para melhorar ação policial

Senador prevê dificuldades para a aprovação de propostas polêmicas e defende providências rápidas, de cunho administrativo

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que considera difícil a aprovação rápida dos projetos elencados pelo governo federal como prioritários para combater a violência no país, entre eles o que define a unificação das polícias civil e militar. Em sua opinião, a melhor solução é implementar medidas rápidas e de cunho administrativo nas polícias, visando aumentar o número e melhorar o trabalho dos policiais.

— Esse projeto não encontra consenso e pode causar conflito de jurisdição. É polêmico, assim como outros tantos citados pela mídia e pelo governo, e eles dificilmente seriam adotados em 30, 60 ou 90 dias. É preferível adotar medidas administrativas que possam direcionar mais verbas para as polícias a fim de reaparelhá-las e melhorar a qualificação dos policiais — observou.

O senador também descartou a possibilidade de o país adotar a pena de morte ou a prisão perpétua, lembrando que as duas penas são proibidas pela Constituição em suas cláusulas pétreas, só podendo ser modificadas, portanto, com a convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte.

— O que a população quer é que a polícia esteja presente nas ruas e mais bem aparelhada e equipada. Os maus policiais devem ser retirados das corporações e o policiamento tem que ser intensificado nos logradouros públicos e nas escolas. Essas medidas são práticas e não são caras, além de surtir efeitos imediatos — reiterou.

Nabor Júnior disse ainda que é favorável à aprovação do projeto que institui as guardas municipais, desde que não tenha caráter compulsório, e sim facultativo para os municípios que avaliarem que têm condições de implementá-lo.



Nabor descarta a possibilidade de o país adotar a pena de morte ou a prisão perpétua

Wellington Roberto defende a unificação das polícias

Uma das ações prioritárias para combater o aumento da violência no país deve ser, na opinião do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), a unificação das polícias civil e militar. Para o parlamentar, além dessa providência, seria fundamental alocar mais



Wellington Roberto diz que Congresso terá participação ativa

verbas para o setor de segurança pública. Wellington Roberto lembrou que existem atualmente no Congresso Nacional centenas de propostas para coibir e punir a violência e que boa parte delas deve merecer maior atenção por parte dos parlamentares nos próximos meses.

— O Congresso terá participação bastante ativa nesse quadro de alterações que deve acontecer na área de segurança do país, independentemente das bancadas dos estados ou partidárias — previu o senador, acrescentando que tanto a Câmara quanto o Senado estarão mobilizados para votar rapidamente as matérias que atendam às solicitações da sociedade por menos violência. Ele citou, como

exemplo, o projeto que impede a venda de armas no território nacional e para o qual o governo pediu apoio das duas casas legislativas.

— Eu acredito que essa proposta é viável e deve ser analisada logo no início dos trabalhos legislativos, bem como a que inclui a participação da Polícia Federal nas investigações sobre alguns tipos de crimes, como o seqüestro, por exemplo. Penso que também o Exército brasileiro deve ser convocado — disse.

O senador afirmou ainda sua confiança no trabalho da comissão formada por 19 deputados e 19 senadores, que irá percorrer todos os estados brasileiros colhendo a opinião de autoridades políticas e de segurança para elaboração de um relatório do panorama e de sugestões.

— O mais tardar no início de abril, esse relatório estará sendo apresentado pela comissão para auxiliar o país a resolver, urgentemente, esse grande problema — declarou Wellington Roberto.

Segurança pública não preocupa o governo, afirma Carlos Wilson

A cada dia que passa, o governo federal vai deixando cada vez mais claro que a questão da segurança pública, que tanto inquieta a população, não faz parte das suas prioridades. O presidente Fernando Henrique Cardoso, embora tenha reconhecido que o Brasil vive hoje



Carlos Wilson: Legislativo buscará soluções práticas

uma “situação de guerra” diante do crime organizado, não consegue sair do discurso para a ação concreta. A análise, feita em entrevista concedida à Rádio Senado, é do senador Carlos Wilson (PTB-PE).

Para o senador, o atual governo trata com grande descaso as questões fundamentais do país, tais como a segurança pública, a saúde e a educação. Não é à toa, entende ele, que doenças há muito erradicadas, como a dengue, estão de

volta ao cenário nacional.

O governo FHC, diz Carlos Wilson, somente se preocupa com o pagamento dos juros da dívida externa, com o cumprimento do acordo feito com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com a prestação de

rápido socorro a bancos privados que estejam em dificuldades.

Para o senador, tão logo retome os seus trabalhos, caberá ao Congresso Nacional buscar soluções práticas para o combate à violência e mostrar, assim, que está pronto para agir na defesa dos interesses da sociedade. “O Congresso vai mostrar à população brasileira que está preocupado com ela, porque o Executivo, esse não se preocupa mesmo”, afirmou Carlos Wilson.

Juvêncio da Fonseca: leis são suficientes, falta investimento

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) manifestou sua opinião de que a solução para o problema da segurança pública no país não depende de leis. Na avaliação do senador, o que pode ser feito imediatamente para combater a violência é moralizar a polícia e investir em segurança pública.

Segundo Juvêncio, as leis de que o Brasil dispõe são suficientes para a luta contra a criminalidade. Faltam, entretanto, recursos para que os policiais sejam melhor remunerados, preparados e equipados.

— A solução está no Executivo, na opção de querer fazer — disse.

Juvêncio da Fonseca observou que a Polícia Federal em Mato Grosso do Sul não tem, às vezes, dinhei-



Juvêncio afirma que as soluções dependem de uma opção do Executivo

ro para pagar sequer a gasolina e as diárias dos agentes que atuam no combate ao tráfico de entorpecentes.

Além dos investimentos no setor de segurança pública, o senador defendeu também “a depuração da polícia”, já que, acrescentou, há muita corrupção, sobretudo na Polícia Militar. Para a mudança do quadro de violência, é necessário ainda, na avaliação de Juvêncio, que o governo atente para a questão social.

Na opinião do senador, quando o governo joga sobre o Legislativo a responsabilidade pela questão da segurança pública, está “empurrando com a barriga” o assunto.

— Não há a opção de fazer uma boa segurança pública — concluiu.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Tebet prevê aprovação de projetos até abril

Presidente do Senado diz que “nos próximos 60 a 90 dias” o Legislativo já terá votado algumas propostas destinadas a combater a violência no país. “Vamos aprovar as leis que forem necessárias”, assegura

Para Agripino, revisão de códigos inibirá o crime

A revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal será fundamental para o combate à criminalidade, porque o aperfeiçoamento dessas duas peças jurídicas deverá criar condições para que os bandidos possam ser punidos mais rapidamente. Esse é o entendimento do senador José Agripino (PFL-RN), a quem caberá, como líder, indicar os nomes dos senadores do seu partido que integrarão a comissão mista do Congresso encarregada de selecionar e discutir as propostas mais eficazes que tramitam no Legislativo e que possam facilitar o combate ao crime.

Em entrevista concedida à Rádio Senado, José Agripino disse que o aperfeiçoamento dos códigos Penal e de Processo Penal irá propiciar uma nova base de sustentação legal para a ação do Estado em defesa da segurança pública.

Atualmente, segundo o senador,



José Agripino quer Código Penal mais preciso e Código de Processo Penal menos flexível

o Código de Processo permite uma longa cadeia de recursos e de protelações por parte dos réus, retardando ao máximo as punições definidas nas sentenças emitidas pelos tribunais. À medida que o Código Penal se tornar mais preciso, e o de Processo menos flexível, reduzindo-se o grau de recursos, haverá punição mais rápida ao crime, desestimulando-o — prevê.

Antonio Carlos Júnior elogia ação do governo baiano

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) afirmou que o governo baiano corrigiu os erros cometidos no ano passado, quando acontecimentos decorrentes de greve dos policiais militares do estado tiveram repercussão nacional. Em entrevista à Agência Senado, ele avaliou que a forma como o governo lidou este ano com a ameaça de greve “foi exemplar”.

— O governo foi pró-ativo, evitou a greve agindo de forma preventiva. Diferentemente do que houve no ano passado, a conduta do governo foi elogiável, um exemplo — disse o parlamentar, lembrando que a polícia não pode ser utilizada politicamente.

Antonio Carlos Júnior reconheceu que as condições de trabalho dos policiais não são as melhores, mas frisou que isso não justifica que “a política tome conta do aparato policial”.

O senador afirmou já ter pedido que sua assessoria prepare um estudo sobre os projetos que tratam de segurança pública atualmente em tramitação no Senado, para de-



Antonio Carlos Júnior diz que a polícia não pode ser utilizada politicamente

finir suas prioridades em relação ao assunto. Para ele, os governos federal e estaduais demoraram muito para agir, já que “somente houve uma mudança de postura após o assassinato do prefeito de Santo André”.

— São Paulo, a maior cidade da América Latina e uma das maiores do mundo, é hoje repugnada pelos turistas. Todos têm medo de ficar nela, até os moradores. A cidade não pode continuar assim, sujeita a uma criminalidade aberta — disse o senador.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, prevê que nos “próximos 60 a 90 dias” o Senado e a Câmara já terão aprovado alguns projetos destinados a combater a violência no país. Uma comissão de 19 deputados e 19 senadores começará a examinar no próximo dia 15 quais dos 300 projetos que tramitam no Congresso tratando da área de segurança apresentarão resultados positivos e rápidos para reduzir a criminalidade no país.

Em entrevista ao *Programa do Ratinho*, do SBT, Ramez Tebet afirmou que a escolha e votação dos projetos não ocorre “da noite para o dia”, porque são propostas polêmicas, como é o caso da proibição da venda de armas e da unificação das polícias militar e civil.

— Não adianta fazer leis que não vão pegar. Uma lei deve ter condições de ser aplicada e a população deve aceitá-la — observou Tebet, ex-promotor público.

Para o presidente do Senado, além da mudança das leis, é preciso a união dos Poderes da República para que os policiais te-

Projetos sobre segurança em tramitação no Senado	
Projetos que alteram o Código Penal	78
Projetos que tratam diretamente sobre segurança pública	21
Projetos que fazem referência ao combate à violência	19
Projetos que tratam de mudanças na polícia	33
TOTAL	151

tenham melhor treinamento e salários mais adequados. “O problema da corrupção em alguns setores da polícia tem de ser enfrentado com firmeza e as secretarias de Segurança devem oferecer mais tecnologia para as investigações”, acrescentou.

Questionado sobre uma sugestão da juíza carioca Denise Frossard, de se criar a figura do juiz investigador para acelerar os processos, Ramez Tebet ponderou que o Brasil não tem hoje juízes e promotores suficientes nem mesmo para os julgamentos. Assim, na prática, não há atualmente condições para a inovação. “Temos de buscar soluções viáveis com serenidade. O Congresso está atento aos clamores da popula-



Ramez Tebet alerta que “uma lei deve ter condições de ser aplicada e a população deve aceitá-la”

ção, que não agüente mais tanta violência, tanta bandidagem. Vamos aprovar as leis que forem necessárias”, afirmou.

Cadastro de celular pré-pago é prioridade

Projeto tornando obrigatório o cadastro de todos os usuários de celulares do sistema pré-pago tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Ele foi um dos selecionados pelas lideranças do PT para ser votado prioritariamente, ainda no primeiro semestre do corrente ano, durante a reunião das lideranças partidárias realizada na terça-feira com os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves.

O projeto estabelece que as empresas operadoras de telefonia celular ficam obrigadas a manter atualizado um cadastro dos usuários de celulares pré-pagos, com nome, endereço e números do documento de identidade e do



Dutra: projeto está de acordo com o esforço de aperfeiçoar a legislação sobre segurança pública

Registro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Pelo projeto, as empresas têm prazo de 90 dias para convocar os usuários dos aparelhos atualmente existentes para fornecer os

dados necessários ao cadastro. O não cumprimento das normas implicará multa de 1.000 a 10.000 Ufirs à empresa infratora, aplicável pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os recursos financeiros resultantes do recolhimento das multas serão destinados ao Ministério da Justiça, para aplicação no Programa Nacional contra a Violência.

Segundo o relator da proposta na CCJ, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto é bem atual, por estar de acordo com o esforço do Congresso de aperfeiçoar a legislação sobre segurança pública. A proposta, que também tramitará na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, é de autoria do ex-senador José Roberto Arruda.

Deputado pede convocação extraordinária

O deputado federal Magno Malta (PL-ES) enviou, na quinta-feira, requerimento aos presidentes do Senado Federal, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, solicitando a convocação extraordinária do Congresso Na-

cional para tratar sobre o problema da segurança pública no Brasil.

Na opinião de Magno Malta, é preciso instalar com rapidez a comissão mista especial temporária destinada a “levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que

assola o país”.

— Desnecessário acentuar a urgência de tal medida, que corresponde às aspirações do povo brasileiro. Vivemos uma situação caótica e emergencial — afirma o deputado.

Álvaro Dias espera medida provisória para mudar futebol

Presidente da CPI que investigou irregularidades no esporte diz que sugestões contidas no relatório final são fundamentais para a correção de rumos

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) espera que o governo envie ao Congresso, no começo da sessão legislativa, medida provisória (MP) com as sugestões apresentadas pela CPI do Futebol. Segundo ele, é fundamental a votação da MP para “a correção de rumos do futebol brasileiro”, especialmente nos casos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Federação Carioca de Futebol, que, a seu ver, exigem intervenção federal.



Álvaro Dias defende propostas da CPI para reformular a administração do futebol brasileiro

Durante um ano e dois meses, a CPI do Futebol, sob a presidência de Álvaro Dias, investigou irregularidades em clubes e federações, concluindo os trabalhos no começo de

dezembro com propostas de alteração na legislação que podem mudar profundamente o futebol brasileiro. Dentre as medidas sugeridas está a Lei de Responsabilidade do

Futebol, pela qual o esporte passaria a ser tratado como atividade comercial, sujeitando os dirigentes a divulgar demonstrativos financeiros e contábeis dos clubes e federações. A CPI propôs também a criação de uma agência nacional de esporte. Para viabilizar a execução dessas medidas, elas estariam incluídas na medida provisória, explicou o senador.

O relatório final do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) sugeriu também a regulamentação da profissão de agente esportivo, a criação de uma subcomissão permanente de desportos no Senado, a criação de uma comissão nacional sobre a violência em espetáculos esportivos e de uma comissão para a nova justiça desportiva.

Althoff afirma que renovação deve chegar ao comando da CBF

O atual presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, não tem legitimidade para continuar a dirigir a entidade, afirmou o senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Para ele, a permanência de Ricardo Teixeira à frente da CBF só serve para manter o *status quo* do futebol brasileiro e assegurar a continuidade dos seus métodos, principalmente em sua área administrativa. O senador salientou que o momento é de renovação do futebol.

— Em primeiro lugar, foi a instalação da própria CPI, que permitiu o esclarecimento dos desmandos e da desorganização das entidades. Em um segundo momento, o possível indiciamento, por parte do Ministério Público, pelas irregularidades cometidas por aqueles que foram referidos no relatório; e, em terceiro lugar, a renovação virá à medida que a legislação impeça



Geraldo Althoff não vê legitimidade na permanência de Ricardo Teixeira

esse tipo de situação — salientou.

O senador também disse que não acredita que o Poder Executivo deixe de editar a medida provisória recomendada pelo relatório da CPI, como instrumento capaz de “fazer voltar a transparência e a organização ao nosso futebol”. Além disso, Althoff assegurou que não respaldará “qualquer modificação na essência da medida provisória”.

Só política de inclusão social pode diminuir a violência, diz Tião Viana

Apenas uma política de inclusão social diminuirá os níveis de violência registrados no país, afirmou o senador Tião Viana (PT-AC). Ele acredita que as ações de combate à violência devem ser direcionadas especialmente para a juventude, garantindo um horizonte de



Tião Viana afirma que segurança pública melhorou no Acre

futuro, perspectiva moral e de integração por meio do esporte.

Tião Viana destacou que a se-

gurança vem melhorando no Acre. Hoje o estado tem o quarto efetivo policial do país e um soldado não ganha menos de R\$ 1.150. Segundo ele, no Acre não há mais assassinatos de bandidos por policiais nem de policiais por bandidos.

O Acre ainda criou uma força-tarefa contra a violência, o que assegurou a abertura de 1.307

vagas na polícia. Também foi aumentado o número de vagas nos presídios. “O estado ainda não é modelo em termos de segurança, mas já dá sinais de estabilidade e governabilidade”, afirmou. Conforme o senador, o governador Jorge Viana sofre risco real de vida e vem recebendo ameaças, devido às mudanças que está implementando no estado.

Tião Viana criticou o debate em curso sobre a violência, na sua opinião, pautado pela imprensa. “A imprensa tem que ser pautada pelo Congresso e não o contrário”, disse.

Projeto de Moreira Mendes prevê fundo para segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá emitir, após a retomada dos trabalhos legislativos, parecer sobre projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que prevê a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. A audiência da CCJ foi solicitada pelo relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Os recursos do fundo, de acordo com a proposta, serão destinados ao financiamento de programas de modernização e aperfeiçoamento dos sistemas policiais dos estados e do Distrito Federal.

Entre as fontes de recursos indicadas pelo projeto estão dotações orçamentárias da União, doações de pessoas físicas e organismos nacionais e internacionais, convênios com entidades públicas e 3% do montante arrecadado pelas loterias federais. Também poderiam ser utilizados nos programas de aperfeiçoamento policial os rendimentos



Moreira Mendes quer garantir recursos para o combate à criminalidade

de aplicações de recursos do próprio fundo e outros recursos que lhe venham a ser destinados.

“Os serviços de segurança estatal não vêm cumprindo a contento as finalidades para as quais foram criados”, observa Moreira

Mendes na justificativa de seu projeto. “Armamentos obsoletos, despreparo técnico, físico e psicológico das corporações e, em muitos casos comprovados, corrupção verticalizada vêm afetando o desempenho dos agentes, em desacordo com o que deles espera a sociedade que os mantém”, afirma.

Os recursos do fundo, segundo Moreira Mendes, deverão ser aplicados na implementação de uma política nacional de segurança pública, que teria entre seus objetivos a modernização tecnológica dos órgãos responsáveis pela segurança, a capacitação dos profissionais do setor, a aquisição de armas e equipamentos e a disseminação de experiências inovadoras na área.

Francelino Pereira defende debate sobre a redução da idade penal

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirma que o Congresso Nacional “deve ter a coragem” de colocar em pauta, para discussão e votação, propostas destinadas a tentar minorar a violência no país, como a que reduz de 18 para 16 anos a idade em que o cidadão pode ser responsabilizado penalmente. Ele observou, entretanto, que somente os debates permitirão saber se a redução da responsabilidade criminal para 16 anos poderia contri-

buir para minimizar a violência.

O senador atribuiu o crescimento da violência à desigualdade social e à má distribuição de renda. Ele entende que a questão social deve merecer atenção especial. Do contrário, observou, a violência continuará a tomar conta do país. A situação é tão grave, destacou Francelino, que a população, principalmente nos grandes centros urbanos, tem receio de sair de casa, com medo de ser assaltada.



Na opinião de Francelino, questão social deve merecer mais atenção